

ARQUITETURA E A CAÇA ÀS BRUXAS: mecanismos para subversão da cultura de violência contra à mulher

Luísa Mantelli Anklam¹
Renata Caetano Pereira²

Resumo

Partindo do entendimento da arquitetura como agente de transformação social, compreende-se a importância de uma atuação que busque a redução das desigualdades sociais. O ensaio propõe um pensamento crítico acerca de como a cidade, sendo vista como um produto dos sujeitos que a criam/ocupam, é um ambiente carregado de sexismo e práticas de violência contra às mulheres. A caça às bruxas e a formação do capitalismo são as bases para o sistema de naturalização de violência contra as mulheres, ainda recorrente na contemporaneidade. O texto objetiva, a partir de referências arquitetônicas, pensar em possíveis diretrizes para agir no âmbito de prevenção da violência contra a mulher, considerando a existência mais expressiva de espaços que tratam da fase pós-trauma de vítimas. É um convite para pensar nas relações entre a arquitetura, a cidade e a mulher na transformação da cultura de violência de gênero.

Palavras-chave: arquitetura e gênero; gênero; violência de gênero.

ARCHITECTURE AND HUNTING: mechanisms for subversion of culture of violence against womende

Abstract

Understanding that architecture is an agent of social transformation, the importance of acting to reduce social inequalities is understood. This essay proposes a critical thinking about how the city, being seen as a product of those who create/occupy it, is and environment full of sexism and violent practices against the women. The witch hunt and the capitalism formation are the bases to the system that naturalizes violence against the women, which is still recurrent in contemporary times. The text aims to, using architectural references, think about possible guidelines to act in the area of violence prevention, considering the bigger existence of places that deal with the post-trauma phase of victims. It is an invitation to think about the relations between the architecture, the city and de woman in the transformation of the gender violence culture.

Keywords: architecture and gender, gender, gender violence.

Introdução

O corpo feminino³ está sujeito, desde à infância, à inúmeras manifestações de violência. Considerando que cada mulher é única e tem suas próprias vivências, tais violências são potencializadas quando interseccionadas por fatores como classe, raça e sexualidade (DAVIS, 2016).

Segundo a ONU Mulheres (2016), o Brasil é, dentre os 83 países analisados, o 5º mais violento para as mulheres. Esse contexto pode ser classificado como consequência de uma cultura que hierarquiza os gêneros ao naturalizar o comportamento masculino como opressor e dominador, enquanto o corpo feminino é visto como passível de ser violado e dominado.

As manifestações de violência acontecem em diversos locais e com intensidades variáveis, sujeitando as mulheres ao constante sentimento de estar em perigo. O impacto da violência doméstica no Brasil é caracterizado pelo Mapa da Violência (Flacso Brasil, 2015), o qual divulga que 64,4% dos casos de violência ocorrem na residência da vítima e que 83,3% dos casos de feminicídio foram cometidos por pessoas conhecidas e/ou próximas das vítimas.

A violência contra a mulher é manifestada nas famílias, no trabalho e, como a cidade é reflexo da cultura de seus habitantes, no espaço público. A cidade, assim como a arquitetura, conforma ambientes que perpassam várias gerações de dominação masculina sobre o corpo feminino, vivenciados por agressores e vítimas de um sistema que está incrustado na história das sociedades ocidentais.

Histórico de violência: como se chegou ao panorama atual?

A construção social de naturalização de violência e opressão de mulheres é feita a partir de um legado androcêntrico (que coloca o homem como ser superior e como único ponto de vista a ser considerado em diversas áreas do conhecimento), contribuindo para a manutenção de posição privilegiada, quando comparada à feminina. Ao considerar que o comportamento agressivo masculino é a principal causa de violência contra a mulher, é necessário compreender sua raiz.

A violência contra as mulheres foi um fator estruturante para a formação do capitalismo, já que com o surgimento da noção de propriedade privada e a relevância na geração de herdeiros, as mulheres passaram a cumprir com um papel contribuição no status financeiro (FEDERICI, 2017). Somando seu valor reprodutivo à crise demográfica na Europa causada pela peste negra, passa-se a demandar a destruição do poder exercido pelas mulheres sobre seus próprios corpos. Sílvia Federici (2017, p. 119) comenta que:

Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa quanto na América, foi alcançada por meio do extermínio das *bruxas*.

1 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

2 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas

3 Compactua-se com a concepção de gênero não-obrigatoriamente associada ao sexo biológico, englobando as pluralidades contidas no ser "mulher": identificação com o gênero feminino (cis ou trans), raça, classe social e sexualidade.

Segundo Federici (2017), a caça às bruxas também foi levada à América para romper as resistências das populações locais, como uma justificativa para a colonização e tráfico de escravos. O processo se desenvolveu com base em opressão a qualquer mulher que ousasse ter controle do seu corpo ou questionar o sistema vigente. Essas, chamadas *bruxas*, eram muitas vezes perseguidas e mortas e, apesar de as estimativas de quantidades de vítimas no processo serem imensas, não se sabe ao certo quantas mulheres foram vítimas de perseguição explícita.

Em paralelo, as mulheres escravizadas nas Américas não eram vistas como *mulheres*, mas como uma força de trabalho mais valiosa, porque além de terem que cumprir com atividades laborais físicas eram capazes de gerar novas forças de trabalho (DAVIS, 2016).

Posteriormente na Europa, o momento em que os papéis sociais de gênero são atribuídos é chave para compreender a criação de estereótipos de homens e mulheres ideais. Com a Revolução Industrial as mulheres são inseridas no mercado de trabalho, e essa mão-de-obra somada à função reprodutiva para gerar novos trabalhadores configura jornada dupla de responsabilidade feminina: afazeres do lar e cuidado dos filhos (FEDERICI, 2017).

Tem-se então como a raiz da exploração feminina a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico não remunerado. Nessa configuração, de acordo com Federici (2017), o poder relacionado ao capital passa a ser de domínio exclusivo do homem, promovendo assim uma dependência financeira das mulheres e permitindo que a falta de poder aquisitivo e de sustento dos filhos fosse o principal motivo para naturalização de violência doméstica.

Os resquícios desses processos permanecem visíveis, apesar de crescimento no protagonismo e empoderamento feminino. Fatores culturais contribuem para a manutenção desse sistema de opressão, que coloca em primeiro plano o legado histórico de dominação masculina e perpetua a supressão de ideias confrontantes com o sistema vigente.

Imperativos de gênero e suas manifestações na atualidade

Partindo do processo histórico de subordinação feminina, Bordieu (2008) esclarece seus resquícios sociológicos nos dias de hoje. Entende-se que a atribuição de imperativos de gênero se coloca de maneira opressora na formação do ser mulher e ser homem atualmente, sendo presentes na mentalidade coletiva.

Tais comportamentos construídos pela cultura patriarcal têm sido referência para crianças e para jovens em formação. Ao mesmo tempo em que o papel social do homem lhe confere inúmeros privilégios e o coloca em uma posição de dominação, a atribuição desses pressupostos incitam um comportamento de violência, a partir da supressão de sentimentos, do reforço por virilidade e controle (figura 1). Segundo Bordieu:

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade (1998, p. 64).

Esses imperativos são legitimados e enraizados a partir de agentes como a Família, o Estado, a Escola e a Igreja, sendo de difícil desconstrução por muitas vezes se

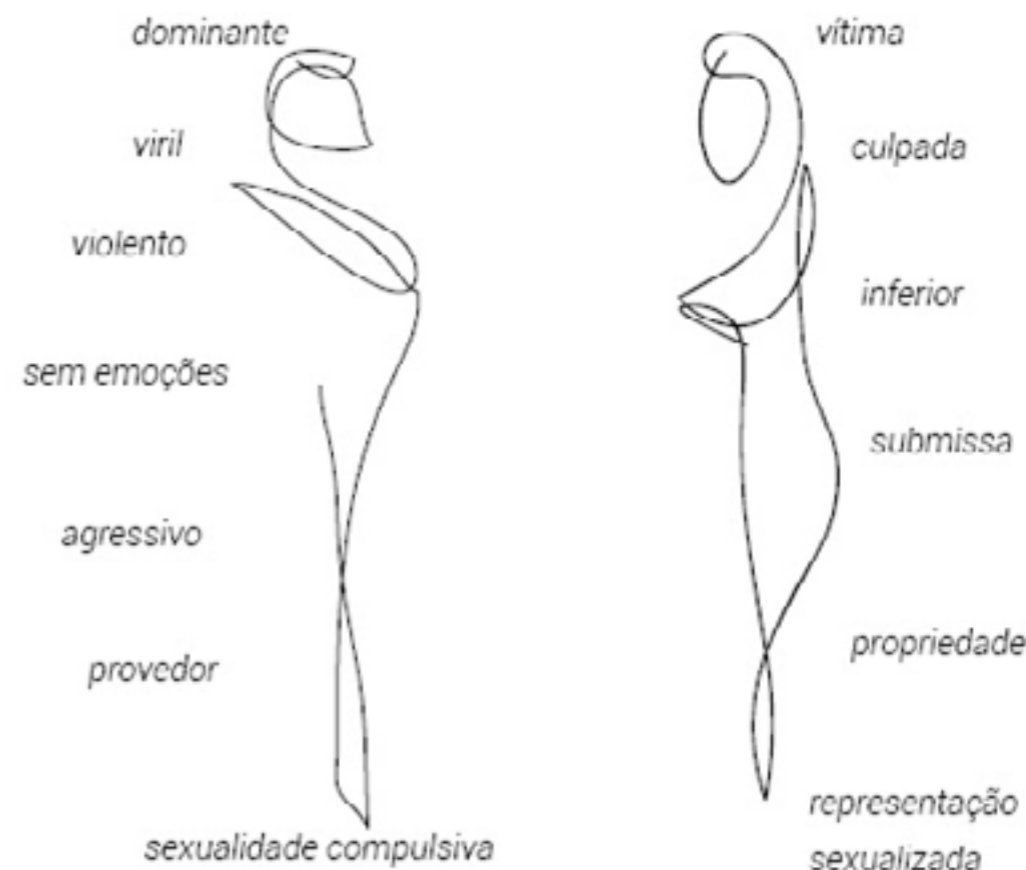


Figura 1 - Imperativos de gênero. Fonte: Produção das autoras, 2019

manifestarem, inicialmente, através de violências simbólicas, inconscientemente reproduzidas de maneira naturalizada (BORDIEU, 1998).

As violências simbólicas e invisíveis são um conjunto de violências e conceitos culturais que fortalecem e eternizam a desigualdade de gênero. Elas podem ser consideradas ponto de partida para a manifestação de outras violências mais intensas, como o assédio, a violência física e a violência sexual, culminando em seu ponto máximo, o feminicídio (figura 2).

hooks (2013) também reforça o papel da cultura idealizada da família ideal patriarcal, a qual pode vir a naturalizar situações de violência doméstica baseadas na reprodução dos aspectos históricos e socialmente construídos.

Por mais que as estatísticas de violência doméstica, homicídio, estupro e maus-tratos a crianças indiquem que a família patriarcal idealizada está longe de ser um espaço “seguro”, que as vítimas de violência têm maior probabilidade de ser atacadas por pessoas semelhantes a elas que por estranhos misteriosos e diferentes, esses mitos conservadores se perpetuam. Está claro que uma das principais razões por que não sofremos uma revolução de valores é que a cultura de dominação necessariamente promove os vícios da mentira e da negação (hooks, 2013, p.44).

Compreendendo que a prática de violências simbólicas são o gatilho para a manifestação de outros tipos de violência, entende-se que para uma redução de manifestações mais agressivas, é necessária a atuação no âmbito de prevenção para interromper o ciclo de violência no início.



Programas arquitetônicos direcionados para o atendimento de mulheres

A Lei Maria da Penha - Lei Federal nº 11340/2006 – principal instrumento legal de proteção às vítimas de violência no Brasil, prevê três pilares estruturantes: punir, proteger e prevenir. Os dois primeiros (punição dos agressores e proteção das vítimas) são atendidos em programas arquitetônicos difundidos pelo país e que, muitas vezes, funcionam com o aporte do Estado.

No Brasil, existem algumas políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência contra às mulheres que, mesmo de forma insuficiente perante a demanda, cumprem com um importante papel de atendimento e amparo de vítimas em situações de urgência e/ou de trauma. São elas:

- Delegacias especializada de atendimento à mulher (DEAM's) – atendimento policial voltado para amparar as mulheres nos casos de violência psicológica, física, sexual, patrimonial e moral;
- Central de Atendimento à Mulher (disque 180) - canal de denúncias e de informações para mulheres em situação de violência. Responsável por ser o primeiro contato com outras políticas públicas.
- Centros de referência da mulher (CRM's) – Centros de atendimento psicológico e jurídico para mulheres vítimas de violência;
- Casas de acolhimento: casas de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.

Tais espaços são responsáveis por amparar as mulheres após os atos de violência à que foram submetidas. Mesmo considerando uma ferramenta indispensável no

processo de transformação da realidade de opressão, essas medidas precisam ser acompanhadas de um trabalho de prevenção para que no futuro a violência não seja um marcador tão presente da vida das mulheres.

Um outro fator importante é que mesmo dentro dessas estruturas destinadas à proteção de mulheres a cultura machista e racista é presente. A descrença nas denúncias, a impunidade dos agressores e o medo da exposição de denunciar para não sofrer novas agressões são alguns dos fatores que dificultam a proteção das vítimas, fragilizadas pelas violências sofridas. Sobre isso:

A pesquisa importou dados da Central de Atendimento à Mulher – Disque 180 – da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) [...] mesmo implantado um sistema único e integrado, teríamos dados apenas dos casos levados ao conhecimento dos órgãos de atendimento; e sabemos que, não raro, as mulheres não denunciam ou buscam atendimento, por vergonha, medo de novas agressões e descrença na atuação do Estado (BERTOLIN e ANDRADE, 2017, p.78).

Quando se trata de direcionar políticas públicas à prevenção, percebe-se que essas atividades são pouco difundidas em produtos arquitetônicos específicos. As ações realizadas pelo poder público, na maioria das cidades brasileiras, acontecem no formato de campanhas em datas comemorativas ou de eventos pontuais, sem criar um espaço de referência comprometido com a transformação. As iniciativas de trabalhos constantes vêm sendo promovidas por movimentos, ONG's e por empresas sociais.

Como a arquitetura se relaciona com a prevenção de violência e transformação da cultura de opressão?

As atividades de prevenção, educação e conscientização apresentam um importante papel na transformação da cultura de violência. Ainda que no contexto brasileiro existam ações e campanhas com esse intuito, muitas delas acontecem em locais privados, são realizadas de maneira dispersa ou pouco articuladas e enfrentam dificuldades em abranger o grande público.

A sociedade contemporânea, movida pelo intenso uso da tecnologia e das redes sociais, absorve informações rápidas e selecionadas de acordo com os algoritmos de pesquisa. As informações são constantemente produzidas e consumidas, sendo capazes de despertar questionamentos, de levar conhecimento e de conectar pessoas. Porém, é possível que se esteja conseguindo criar espaços de transformação apenas na esfera virtual, tornando o alcance seletivo à um determinado público interessado.

O acesso à informação indireta e os contatos explodiram em anos recentes. A TV, a internet, o e-mail, o celular, possibilitam um amplo e fácil contato com pessoas do mundo todo. De tempos em tempos, surge a questão: a função de ponto de encontro do espaço da cidade pode ser assumida pelo conjunto de opções eletrônicas? (GEHL, 2013, p.26).

A existência de locais físicos de desenvolvimento de trabalhos populares, democráticos e contínuos poderiam ser catalisadores para o rompimento da naturalização de violências, criando diálogos reais entre sujeitos e cidade. O desafio da arquitetura é trazer as discussões virtuais para a cidade, para o público, de maneira a perfurar a

seletividade de informações e convidar à reflexão. Para Gehl (2013, p.6) “urgente é reforçar a função social do espaço da cidade como local de encontro, que contribui para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática aberta”.

O processo de redução das desigualdades de gênero pode ser dado a partir da produção de espaços de arquitetura que possibilitem o engajamento político, a ocupação do espaço público e o reconhecimento das mulheres como agentes de transformação da cidade. Com isso, entende-se o papel da arquitetura como infraestrutura de encontro, como espaço de criação de iniciativas, fomentando a produção de ambientes de educação e cultura para as mulheres, manifestando os conflitos e as contradições sociais.

O desafio consiste em construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal; portanto, um espaço sem hierarquias, horizontal, um espaço que evidencie as diferenças, e não as desigualdades, um espaço de todos e de todas em igualdade de valoração de olhares, saberes e experiências. O objetivo é ressignificar a construção de nossas cidades a partir da experiência que os homens e as mulheres têm do mundo – duas maneiras de enunciar a realidade (MUXÍ; MONTANER, 2014, p.198).

Para bell hooks (2013), assumir a educação como prática de liberdade possibilita a transgressão das barreiras sociais impostas, como uma forma de repensar os padrões estabelecidos. Para isso, facilitar a comunicação com públicos diversos considerando o contexto social se torna uma ferramenta importante de transformação.

Refletem meu esforço de usar a linguagem de modo a levar em conta os contextos específicos, bem como meu desejo de me comunicar com plateias diversificadas. Para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos (HOOKS, 2013, p.22).

O conceito de comunicação não violenta, criado por Marshall B. Rosenberg (2006), também pode ser relacionado com a intenção de Hooks (2013), facilitando diálogos entre os sujeitos e priorizando aspectos de uma comunicação compassiva.

A CNV nos ajuda a nos ligarmos uns aos outros e a nós mesmos, possibilitando que nossa compaixão natural floresça. Ela nos guia no processo de reformular a maneira pela qual nos expressamos e escutamos os outros, mediante a concentração em quatro áreas: o que observamos, o que sentimos, do que precisamos, e o que pedimos para enriquecer nossa vida. A CNV promove maior profundidade no escutar, fomenta o respeito e a empatia (ROSENBERG, 2006. p32).

Possíveis diretrizes norteadoras para a estruturação de um programa de necessidades de prevenção de violência

Considerando as informações abordadas nos capítulos anteriores, foram sistematizadas algumas possíveis diretrizes para a estruturação de um programa de necessidades de arquitetura, assim como a indicação de referenciais.

- Articulação entre os agentes urbanos: comunidade, prefeituras, universidade e

empresas privadas.

O Instituto A Cidade Precisa de Você, localizado em São Paulo/SP, é uma referência de como articular os atores urbanos - comunidade, movimentos civis organizados, empresas e poder público – na melhoria de espaços públicos. Baseando-se na metodologia de coprodução do espaço, constroem projetos participativos e democráticos.

- Acesso à rede de enfrentamento da cidade – informar e direcionar mulheres aos serviços de atendimento a políticas públicas de enfrentamento à violência das cidades e informá-las sobre os seus direitos constitucionais.

- Acesso à educação feminista – biblioteca que reúna livros, pesquisas, dados produzidos pela academia como ferramenta de libertação. Democratizar o conhecimento e torná-lo acessível.

A passagem literária da Consolação, localizada em São Paulo/SP, é apresentada na figura 3 como um exemplo de livraria inserida no caminho do pedestre.

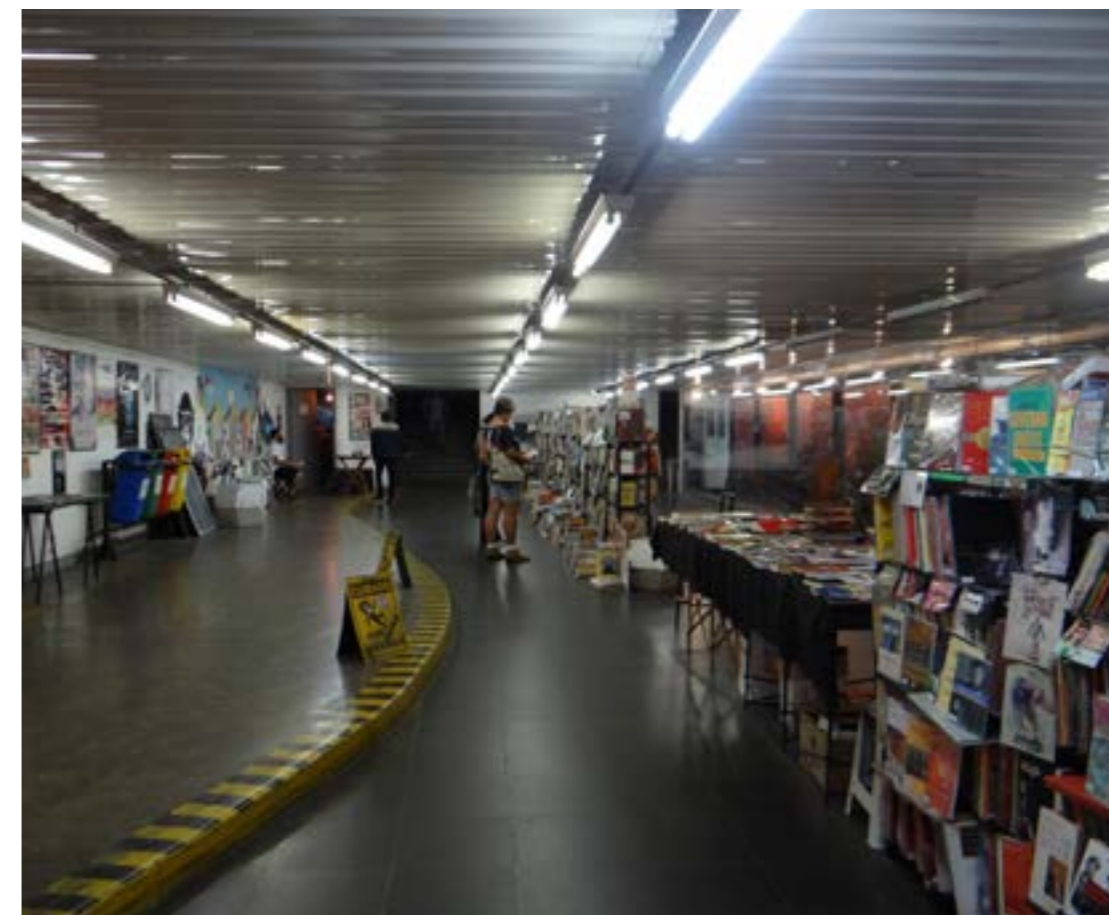


Figura 3 - Passagem Literária da Consolação. Fonte: Acervo das autoras, 2019.

- Produção de conteúdo – espaços motrizes de criação, que facilitem o surgimento de projetos na cidade. Ateliers direcionados para as áreas diversas, como: artes, comunicação, música, urbanismo. Infraestrutura para tornar acessível a vozes independente da classe.

O Centro Cultural SP abriga espaços educativos abertos, direcionados a práticas gráficas, fotografia e experiências em áudio. Outras atividades são realizadas em parcerias com coletivos da cidade e com a prefeitura, como oficinas, mostras e a horta comunitária (Figura 4).

- Locais para atividades públicas como assembleias, palestras, eventos, audiências, apresentações culturais, oficinas, campanhas, feiras;

A Ocupação Mirabal, localizada em Porto Alegre/RS, atua como uma casa de referência da mulher e abriga vítimas de violência, além de promover atividades culturais, palestras, rodas de conversa voltadas para a emancipação feminina (Figura 5).

- Espaços educativos e que incentivem a autonomia financeira de mulheres.

O Instituto as valquírias, localizado em São José do Rio Preto/SP, é um espaço educativo e profissionalizante de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Promovem cursos e ações culturais direcionadas para música, empreende dorismo, educação, psicossocial, saúde, empoderamento feminino e esporte.



Figura 4 – Oficina de Folhetaria. Fonte: Centro Cultural SP. Disponível em <http://centrocultural.sp.gov.br/site/novas-oficinas-na-folhetaria/>. Acesso em 13 ago. 2019
 Figura 5 – Ocupação Mirabal. Disponível em https://www.facebook.com/MulheresMirabal/?epa=SEARCH_BOX. Acesso em 13 ago. 2019.

- Espaços acolhedores e seguros para fomentar grupos de discussão, reuniões de coletivos, rodas de conversa, mesas-redondas. Poderiam ser abordados temas específicos e trabalhados em pequenos grupos.



Figura 6 - Roda de conversa Mais Mulheres na Política. Fonte: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Disponível em <https://ctb.org.br/noticias/brasil/comeca-agora-na-sede-da-ctb-a-roda-de-conversa-mais-mulheres-na-politica-assista/>. Acesso em 13 ago. 2019.



Figura 7 - Evento Homens Possíveis, rodas de conversa sobre masculinidades. Fonte: Papo de Homem. Disponível em <https://papoohomem.com.br/transformacao-homens-masculinidades-projetos-iniciativas-pessoas/>. Acesso em 13 ago. 2019.

- Espaços expositivos – utilização da arte como ferramenta de mudança social, política e cultural. Ambientes que possam abrigar diversas formas de manifestação artísticas, com o intuito de sensibilizar o usuário sobre as questões de gênero e sociedade.

- Banheiros sem gênero – Criar maneiras seguras e que incentivem a convivência e o respeito entre homens e mulheres. Banheiros que não sejam baseados no binarismo de gênero, incentivando a tolerância e a inclusão da comunidade trans.

Entende-se que há muito o que ser discutido e trabalhado quanto à questão de prevenção de violência de gênero e, por isso, a interdisciplinaridade é indispensável.



Considerações finais

Conclui-se então que uma medida a ser tomada para que haja redução na violência contra mulheres, não é apenas remediando a estrutura, tendo em vista que o problema acompanha os sujeitos que à compõe. O acompanhamento da arquitetura exerce um papel importante, não sendo vista como solução de um problema complexo e estrutural, mas como forma de criar espaços que promovam encontros e viabilizem a transformação das estruturas sociais que nos cercam. Esses espaços de troca, de educação e informação são essenciais quando se intenta trabalhar a nível de prevenção de violência.

Como antes as bruxas eram caçadas, as mulheres permanecem sendo alvo de violência e dominação masculina. Existe então a tentativa de “caçar” e exterminar o conjunto de estruturas opressoras, através da desconstrução de imperativos de gênero e, conseqüentemente, da violência contra a mulher.

Referências bibliográficas

BERTOLIN, Patrícia T. M. ANDRADE, Denise A. *Violência contra a mulher e feminicídio: a urgente necessidade de informação atualizada e contínua*. Direito à Cidade: uma outra visão de gênero. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, São Paulo: IBDU, 2017.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*; tradução: Maria Helena Kühner 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertraud Brasil, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*; tradução: Anita Di Marco 1ª ed. – São Paulo

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 1ª ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MONTANER, Jose Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*; tradução Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.